

Zioni Ferretti, Danilo José

Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830–1836)

Tempo, vol. 20, 2014, pp. 1-22

Universidade Federal Fluminense

Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167031535021>



*Tempo*,

ISSN (Versão impressa): 1413-7704

[secretaria.tempo@historia.uff.br](mailto:secretaria.tempo@historia.uff.br)

Universidade Federal Fluminense

Brasil

# *Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830–1836)<sup>1</sup>*

Danilo José Zioni Ferretti<sup>[1]</sup>

## **Resumo**

Neste artigo, busca-se compreender o papel que o embate em torno da escravidão e do tráfico de escravos desempenhou na cultura letrada oitocentista brasileira, com destaque para as formas de imaginar a nação. Analisa-se a forma como o Cônego Januário da Cunha Barbosa, importante político e intelectual ilustrado, relacionava projeções de futuro nacional e tratamento da questão da escravidão, entre os anos de 1830 e 1836. Discute-se o uso de duas modalidades de projeção de futuro: a profecia e o prognóstico. Por meio delas, Januário envolveu-se nos embates políticos em torno do fim do tráfico de escravos e fez uso político da revolta dos malês e do haitianismo. Indica-se a constituição de um horizonte de expectativa antiescravista pelo Cônego, entendido como uma das condições para a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838).

**Palavras-chave:** intelectuais; escravidão; temporalidade.

## *Entre profecías y pronósticos: Januário da Cunha Barbosa, la esclavitud y el futuro de la nación (1830–1836)*

### **Resumen**

En este artículo, tratamos de comprender el rol que la lucha contra la esclavitud y la trata de esclavos jugó en la cultura literaria brasileña del siglo 19, destacando las formas de imaginar a la nación. Analizamos cómo el canónigo Januário da Cunha Barbosa, importante político y intelectual ilustrado, relacionaba las proyecciones de futuro nacional y el abordaje de la cuestión de la esclavitud, entre los años 1830 y 1836. Se discute el uso de dos modalidades de proyección de futuro: la profecía y el pronóstico. Por intermedio de ellos, Januário se involucró en las luchas políticas en torno al final de la trata de esclavos y hizo uso político de la rebelión de los “malês” y del haitianismo. Indicamos la formación de un horizonte de expectativa antiescravista por el canónigo, comprendido como una de las condiciones para la creación del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño (1838).

**Palabras clave:** intelectuales; esclavitud; temporalidad.

## *Between prophecies and prognoses: Januário da Cunha Barbosa, slavery, and the future of the nation (1830–1836)*

### **Abstract**

This article aims at understanding the role played by the discussions about slavery and slave trafficking in the literate culture of Brazil in the 19th century, especially regarding the forms of figuring out the future of the nation. The way Canon Januário da Cunha Barbosa, an important politician and an illustrated intellectual, related projections of the future of the nation and treated the slavery issue (from 1830 to 1836) is analyzed. We discuss the use of projection modalities: prophecy and prognosis. Through them, Januário was involved in political discussions regarding the end of slave trafficking, and made political use of the Malê Revolt and Haitianism. The constitution of a horizon of antislavery expectation is indicated by the Canon, which is seen as one of the reasons to create the Brazilian Historic and Geographic Institute (1838).

**Keywords:** intellectuals; slavery; temporality.

## *Entre prophéties et pronostics: Januário da Cunha Barbosa, l'esclavage et l'avenir de la nation (1830–1836)*

### **Résumé**

Cet article cherche à comprendre le rôle du débat sur l'esclavage et le trafic d'esclaves dans la culture érudite du dix-neuvième siècle au Brésil, notamment les façons d'imaginer la nation. On examine la manière comme le chanoine Januário da Cunha Barbosa, un important homme politique et intellectuel, se référaient à les projections de l'avenir de la nation devant la question de l'esclavage entre 1830 et 1836. On discute l'usage de deux façons de se projeter vers l'avenir: la prophétie et le pronostic. Avec ces vues, Januário s'a impliqué dans chocs politiques sur la fin du trafic d'esclaves et a usé la revolte des malês et l'haitianisme. On indique une expectative anti-esclavage par le chanoine, considérée une des conditions pour la création de l'Institute Historique et Geographique du Brésil (1838).

**Mots-clés:** les intellectuels; esclavage; temporalité.

Artigo recebido em 04 de fevereiro de 2014 e aprovado para publicação em 29 de setembro de 2014.

[1] Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) – São João del-Rei (MG) – Brasil. E-mail: daniloferretti@oi.com.br

<sup>1</sup>Este artigo é resultado de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG - Edital Universal 2008).

Estudos recentes têm questionado a existência de um consenso escravista entre as elites brasileiras do início do século XIX, indicando a vigência de um debate público sobre a escravidão e o tráfico escravo, de forte impacto no universo político.<sup>2</sup> Aqui procuro compreender como essa politização da escravidão se relacionou com o universo da cultura letrada brasileira oitocentista. Mais especificamente, cabe questionar se a escravidão teria marcado a forma como os intelectuais imaginaram a nação brasileira.<sup>3</sup> Considero, em termos teóricos, que a reflexão sobre a nação, no Brasil oitocentista, deva levar em conta a dimensão temporal das formas como foi imaginada, com diferentes modos de projeção de futuro em sua relação indissociável e variada com avaliações de experiências passadas.<sup>4</sup> Ainda que a maior parte dos trabalhos sobre a construção da nação no Brasil, quando se dedicam ao estudo da dimensão temporal, tenha se voltado às representações do passado nacional, neste texto, busco inverter essa prioridade.<sup>5</sup> Meu objetivo é estudar as projeções de futuro nacional e seus usos políticos, elaboradas pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, no início da década de 1830, atentando especialmente para a forma como a questão da escravidão era equacionada nesse processo. Essa via nos auxilia também a avaliar a importância do debate sobre a escravidão na definição das condições de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), notoriamente a instituição de saber mais prestigiosa do século XIX brasileiro.

A questão é tanto mais interessante na medida em que Januário da Cunha Barbosa era uma figura versátil, de dupla face, tal qual o deus Jano, patrono da

<sup>2</sup>Antonio Penalves Rocha, "Idéias antiescravistas da ilustração na sociedade brasileira escravista", *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n. 39, São Paulo, 2000, p. 43-79. João Pedro Marques, *Os sons do silêncio: Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999. Márcia Berbel; Rafael Marquese; Tâmis Parron, *Escravidão e política. Brasil e Cuba, 1790-1850*, São Paulo, HUCITEC; Fapesp, 2010. Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. Quando este artigo estava quase terminado, entrei em contato com o estudo de Alain El Youseff, *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1822-1850, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>3</sup>Considerando a nação como uma "comunidade política imaginada", será dada ênfase ao estudo das formas de criação de imagens de Brasil e mais especificamente de seu futuro. A centralidade da dimensão simbólica presente nessa perspectiva é enriquecida pelo aporte dos referenciais teórico-metodológicos de uma história intelectual que não se restrinja a uma análise dos condicionantes externos e societários da ação dos intelectuais, mas que também busque dar conta de uma análise de elementos internos aos textos que produziram. Sobre nação, ver Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989. Sobre história intelectual, ver François Dosse, *La Marche des idées: histoire des intellectuels, histoire intellectuelle*, Paris, La découverte, 2003.

<sup>4</sup>Mais especificamente, a questão da nação será aqui considerada em relação ao complexo processo de afirmação de um regime moderno de historicidade, que legitima e orienta as ações coletivas pelo futuro, considerando-se, conforme Hartog, que: "Ao longo de todo um século, que foi tão marcadamente aquele das nacionalidades, a história nacional e a escrita em nome do futuro estiveram efetivamente relacionadas". François Hartog, *Regimes d'historicité: présentisme et expérience du temps*, Paris, Seuil, 2003, p. 144. Sobre as relações entre passado e futuro, ver Reinhard Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006, p. 305-327.

<sup>5</sup>Valdei Lopes de Araújo, *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira, 1813-1845*, São Paulo, HUCITEC, 2008; Rodrigo Turin, *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*, Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

família do santo (São Januário, da *Gens Januaria*) que lhe inspirou o nome.<sup>6</sup> Até sua morte, em 1847, atuou como um intelectual que combinou em si os três principais tipos de intelectuais vigentes no Brasil da época: o clérigo, o burocrata ilustrado e o jornalista político liberal.<sup>7</sup> Foi um homem que viveu e trouxe, em suas ações e reflexões, referenciais de dois mundos que se antepunham: o do Antigo Regime e o dos valores liberais e iluministas, com seus correspondentes regimes temporais. Poderíamos considerar que Januário Barbosa debateu-se com as tensões do *Sattelzeit* luso-brasileiro, em sua luta por criar o novo, mas ainda lançando mão de referenciais culturais pretéritos. Isso fica claro na tensão constante entre referências a um modelo passado a ser aplicado no presente e o empenho em criar um futuro qualitativamente diferente. Tensões evidentes nas modalidades de projeção do futuro de que lançou mão, que aqui analisaremos: a profecia e o prognóstico.<sup>8</sup>

### A profecia “visão do Pico do Itajuru” e o uso político do levante escravo

Para compreendermos o uso que Januário da Cunha Barbosa fez da profecia e sua relação com a questão da escravidão, é importante remontarmos ao início de sua atividade política — ao ano de 1821 —, quando participou, junto com Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e outros, da criação do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que se destacaria como um dos grandes defensores do constitucionalismo liberal e, posteriormente, da causa da Independência do Brasil. Ligados a comerciantes e produtores do recôncavo da Guanabara, nesse contexto, “esses liberais defendiam a exploração do trabalho escravo e do comércio de escravos”,

<sup>6</sup>Nascido no Rio de Janeiro, em 1780, de uma família de comerciantes do recôncavo da Guanabara, ordenou-se clérigo, sendo, em 1808, admitido como um dos oradores da capela imperial. Não ficou preso, contudo, a esse universo tradicional: foi, também, um dos nossos principais ilustrados, líder maçônico, professor de Filosofia moral (a partir de 1814), leitor e difusor de expoentes do pensamento iluminista e figura central no incentivo às primeiras academias letradas, sendo, de 1833 a 1847, sócio ativo e redator do periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, censor do Conservatório Dramático e fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Por fim, o Cônego Januário foi um político de intensa atividade, atuando como entusiasta dos valores liberais e constitucionais. Mais do que se destacar em mandatos públicos (somente participou de duas legislaturas como deputado geral, de 1826 a 1829 e de 1845 a 1846), se inseriu na luta política como jornalista, tendo sido redator de periódicos como *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821 a 1822), *Diário Fluminense* (de 1830 a 1831), *Correio Oficial* (de fins de 1833 até 1837, com interrupções em 1835), *A Mutuca Picante* (1834) e, cremos, *O Fluminense* (1835 a 1836). Para a trajetória de Januário da Cunha Barbosa, ver Paula Porta Santos Fernandes, *Elites dirigentes e projeto nacional: a formação de um corpo de funcionários do estado no Brasil*, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 165-168; 310-313.

<sup>7</sup>Sobre o uso aberto do conceito de intelectual, sigo a sugestão de François Dosse, para quem “a história dos intelectuais não pode se limitar a uma definição *a priori* do que deveria ser o intelectual segundo uma definição normativa. Ela deve, ao contrário, permanecer aberta à pluralidade dessas figuras que destacam todas as declinações diferentes da maneira de tocar sobre o teclado da expressão intelectual”. François Dosse, *La marche des idées: histoire des intellectuels, histoire intellectuelle*, Paris, La découverte, 2003, p. 32. Sobre o tipo do burocrata ilustrado, ver Paula Porta Santos Fernandes, *op. cit.* Sobre o tipo intelectual do jornalista político, ver Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*, São Paulo, HUCITEC, 2005, p. 167-199. Sobre o tipo intelectual do clérigo, ver Maria Renata da Cruz Duran, *Ecos do púlpito: oratória sagrada no tempo de D. João VI*, São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

<sup>8</sup>Reinhard Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006, p. 21-39.

opondo-se à recente pressão britânica contra o tráfico atlântico, estando, portanto, na contramão do antiescravismo de seu desafeto político José Bonifácio.<sup>9</sup> Ao defenderem o caminho da Independência, posição que somente se afirmou no desenrolar do ano de 1822, o grupo do Cônego Januário viu-se na necessidade de anular algumas projeções pessimistas que contra ela se lançavam.

Assim, o *Revérbero* rebatia os boatos lançados por uma ala de deputados portugueses às cortes de Lisboa, que mobilizaram a temática da escravidão. Insuflando o medo de um levante escravo no Brasil, os reinóis tentavam impedir a alternativa de uma autonomia política da parte americana do Império. O *Revérbero* se opôs a essa argumentação, respondendo aos portugueses:

É seguramente bem estólida esta ameaça contínua de sublevação de escravos. Como não veem essas toupeiras que a sublevação de escravos em que tanto falam lhes [aos portugueses] há de ser mais fatal que a nós. [...] os pardos e os pretos no Brasil dividem-se em duas classes — forros e cativos — dos primeiros têm bastante que temer os autômatos fardados de Portugal; dos segundos nada receiam os brasileiros.<sup>10</sup>

Em outros termos, a ameaça de rebelião escrava não impediria o futuro do Brasil como nação independente e constitucional. Ainda que o artigo não fosse assinado, o Cônego Januário alinhava-se com posições que negavam a incompatibilidade entre o sistema representativo liberal e a escravidão. Um futuro de liberdade constitucional com escravidão era o único horizonte concebível, sob a condição da predominância da forma monárquica, que garantiria ordem e unidade.

No entanto, passados oito anos, a questão da escravidão voltava à tona, mas em um contexto bastante diferente. Em 30 de abril de 1830, o Cônego tornou-se redator do *Diário Fluminense* (DF), o jornal oficial do governo de D. Pedro I, a quem passou a defender das crescentes acusações. Como jornalista oficial de um governo que havia, há pouco (1826), celebrado um tratado com a Inglaterra, comprometendo-se com a repressão ao tráfico, Januário iniciava um processo de mudança de posição quanto à escravidão. Passava a manifestar um antiescravismo crescente que se tornaria uma marca de seu posicionamento particular. Ele lentamente rompia com o escravismo anterior, conforme atesta um dos números do DF, em que encontramos uma crítica à escravidão:

Os nossos lavradores acostumados a tirar de uma terra fértil, e pelo trabalho de miseráveis escravos, um produto de que se mostram contentes, não ousam arredar-lhes da velha rotina, em que os puseram os seus antepassados, muitos há que nem querem ouvir dizer que a força dos braços africanos substituída por braços livres, e por máquinas aumentam os seus produtos, sem a perda de enormes fundos empregados na compra continuada de africanos.<sup>11</sup>

<sup>9</sup>Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824*, Bragança Paulista, EdUSF, Ícone, 1999, p. 161.

<sup>10</sup>*Ibidem*, p. 227.

<sup>11</sup>*Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, 19 de junho, 1830.

Havia uma clara desqualificação da escravidão, entendida como uma força que impedia um futuro de progresso material. O argumento básico mobilizado era o smithiano da menor produtividade do trabalho escravo em relação ao livre. Pelo viés da economia política, o Cônego ilustrado relacionava a escravidão com a “rotina”: ela seria fruto de um passado negativo que teimava em persistir no presente, devendo ser suprimido. Iniciava, assim, um processo — que somente tenderia a se aprofundar — de desqualificação da escravidão, considerando-a como instituição incompatível com a nação futura.

Mas, nesse contexto específico, a questão das instituições políticas assumia papel de destaque. Foi nessa conjuntura que o Cônego lançou mão da profecia. Em um momento politicamente delicado, quando D. Pedro I voltava de sua viagem a Minas Gerais para tentar consolidar a adesão de seus súditos diante da crescente oposição de liberais moderados e exaltados, em janeiro de 1831, foi publicado um texto que ficaria conhecido como sendo a “Visão do Pico do Itajurú”.<sup>12</sup> O texto tem sido comentado por historiadores como Gladys Ribeiro e Thomas Flory.<sup>13</sup> Consegui identificar pelo menos quatro versões existentes, sendo a mais antiga (e provavelmente a original) aquela publicada no DF, jornal que tinha como redator, no momento da publicação, o próprio Cônego Januário da Cunha Barbosa.<sup>14</sup> Sendo difícil atestar a autoria do escrito, uma vez que não foi assinado, com segurança podemos destacar o uso dele feito pelo Cônego Januário, que o publicou no jornal de que era redator, responsabilizando-se por sua ampla divulgação.

O texto tem vários pontos em comum com a longa tradição lusitana de sonhos proféticos, que remete pelo menos ao século XVI, fruto da fusão de variantes do messianismo judaico difundidas por comunidades de cristãos novos ou por meio do franciscanismo joaquimista. Tendo fincado fortes raízes na cultura portuguesa, essa tradição profética é identificada como presente até pelo menos a década de 1820, tendo sido retomada no contexto da invasão napoleônica

<sup>12</sup>Anônimo, “Visão achada entre os papéis de um solitário, morto nas imediações de Macacú, vítimas das febres de 1829”, *Diário Fluminense*, 24 de janeiro, 1831.

<sup>13</sup>Gladys Sabina Ribeiro, “Metáforas e ações na longa luta pela liberdade: conflitos entre ‘portugueses’ e ‘homens de cor’, corte do Rio de Janeiro, 1827-1834”, *Tempo*, vol. 5, n. 10, 2000, p. 97-117. Thomas Flory, *Judge and jury in Imperial Brazil, 1808-1871. Social Control and Political Stability in the New State*, Austin; London, University of Texas Press, 1981.

<sup>14</sup>As quatro versões encontradas seriam: 1) uma impressa em separata em Lisboa, no ano de 1831. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5071.pdf>>. Acesso em: 1º de janeiro de 2013; 2) uma manuscrita e intermeada de comentários de um segundo autor desconhecido, atualmente sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, intitulada *Aparição extraordinária e inesperada do Velho Venerando ao Rosseiro [sic]: “diálogo”* havido entre eles, sobre a atual situação política do Brasil, e aos acontecimentos extraordinários desde o dia 5 de Abril em diante, e sobre a Visão do Pico de Itajurú, achada entre os papéis de hum solitário morto nas imediações de Macacú, vítima das febres de 1829, e publicada nos Periódicos desta Corte em Janeiro deste ano, com reflexões feitas sobre ela pelo Velho, e conselhos em consequência dados a todas as Classes da Sociedade para o bem, e a felicidade do Brasil. Oferecido aos Concidadãos pelo Rosseiro, a pedido do Venerando Velho”. Essa versão, em que se baseiam as análises de Gladys Sabina Ribeiro, indicava que havia sido elaborada a partir de textos “publicad[os] nos periódicos desta corte em janeiro deste ano”; 3) uma reprodução do texto em *O Verdadeiro Patriota*, do dia 28 de janeiro de 1831, cujo microfilme não traz a última parte, onde normalmente eram feitas as referências a transcrições de outros periódicos; 4) por fim, foi encontrada a versão do *Diário Fluminense*, de 24 de janeiro de 1831. Nele, não há notícia de que tenha sido reproduzido de outro jornal. Sendo o de data mais recuada, salvo novas descobertas, pode ser considerado a versão original do texto. Ainda que não tenha assinatura, foi publicado sob a responsabilidade de Januário da Cunha Barbosa, que era então o redator do *Diário Fluminense*.



da Península Ibérica.<sup>15</sup> Vale lembrar que a oratória sagrada (vide o exemplo do Padre Vieira) foi um dos veículos privilegiados para a difusão dessa tradição, e o papel desempenhado pelo Cônego Januário, como um dos principais oradores sacros da corte joanina, seguramente auxilia a compreender a sua presença no Rio de Janeiro do início do século XIX.

Mas, se existem continuidades, também existem pontos de originalidade, tal como a própria figura do agente escolhido para profeta inspirado: o “velho do Itajurú” é alguém que faz às vezes de naturalista. No melhor estilo do sábio ilustrado, ele vai ao pico do Itajurú buscar compreender as revoluções da superfície da Terra pelo estudo das montanhas. Por outro lado, um ponto em comum com a tradição profética está em que a visão do futuro é propiciada por meio do sonho: fatigado pelo forte calor e pelo esforço da caminhada, o velho naturalista adormece e é acordado por uma voz que surge da montanha. Ainda que nunca seja explicitada a natureza da voz, ela assume o papel de iluminação divina, outro elemento central da tradição profética. A repreensão que ela volta ao velho é significativa da ruptura com os objetivos que orientavam a ilustração luso-brasileira. Pois, para a voz da montanha, muito mais importante que compreender os segredos da natureza seria questionar-se sobre “as revoluções dos homens”.

---

*O resultado final do cataclismo social da  
onda negra seria o desaparecimento de  
todo um povo, a morte da nação*

---

Diante da argumentação do velho de que seus contemporâneos estão tão empolgados com a política radical que nada os distanciaria do rumo que tomam, a “voz da montanha” apela para o futuro como agente pedagógico eficaz, sendo-lhe este revelado por Deus. Começa, então, a descrição propriamente da visão. Toda ela se baseia na imagem inicial de “um navio [que] se afastava da costa e por isso toda a multidão saltava de alegria”, gritando “República ou Morte” — a que respondia o eco da montanha: “morte, morte”. Esse ato inicial remetia à saída de Dom Pedro I do Brasil. Dele, seguia-se uma série de acontecimentos sangrentos em que, pelo ataque a proprietários e autoridades, iniciava-se um processo de reversão da ordem social. Leis, hierarquia, propriedade, honra familiar, tudo sucumbia aos clamores da massa por igualdade. Passava-se, então, para um novo movimento da profecia em que, à reversão da ordem social, sucedia-se a dissolução da unidade entre os próprios agentes da nova ordem. Estes se dividiram em diversos “magotes”, correspondendo a regiões diferentes: os do Sul, os do Norte, os das Serras e os das Costas. Sob o princípio da “Federação”, cada qual buscava a separação dos demais. Ao fracionamento interno, seguia-se a invasão do território por estrangeiros, em que o Cônego

---

<sup>15</sup>Luís Felipe Silvério Lima, *O Império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino*, São Paulo, Alameda, 2010.

abusava das metáforas animalizantes:<sup>16</sup> “Leopardos”, simbolizando provavelmente os britânicos, “Condores”, as repúblicas andinas vizinhas, e “Urubus”, as repúblicas platinas. Resultado claro da reivindicação por Federação, a guerra civil grassava entre irmãos, e o país ficava submetido aos estrangeiros.

Mas o ponto culminante do processo corresponderia a uma “nuvem negra” que o velho via se formando ao Norte. Vale a pena recuperar as palavras textuais:

A nuvem era negra e semelhante a um enxame de formigas de correição que saem dos bosques para correr toda a terra. [...] E a nuvem crescia, dilatando-se como a torrente de um rio que transborda e, bem depressa, ela circulou todos os magotes e se introduziu nos fossos que os separavam. Ela crescia, crescia pouco a pouco, mas sem nunca cessar. E a multidão se assustou: quis opor-se à inundação negra que avultava de mais em mais e que, recuando algumas vezes, como a vaga sobre a praia voltava logo mais violenta e coberta de escumas. Ora as escumas eram de sangue. / Do seio destas vagas negras ouviam-se estrondos semelhantes aos de cadeias que se quebram, erguendo-se ao mesmo tempo uma voz que dizia: a liberdade ou a morte. Esta voz retumbava mais que o estampido do trovão e o eco das montanhas, depois de a repetir por três vezes, dizendo: A morte, a morte, a morte, calou-se.<sup>17</sup>

Não parece difícil interpretar a nuvem de formigas negras como uma clara referência a um levante de escravos. Na visão do autor, eles podiam parecer pacíficos carneiros, mas, quando unidos, tornavam-se ameaçadores a ponto de levar à destruição de toda a sociedade. Pois é disso que trata a visão, uma vez que se conclui apelando para a metáfora do dilúvio, indicando que a onda negra não deixava de subir e nenhum ponto do território era alto o suficiente para dela se resguardar, resultando no último olhar: “eu olhei e todo o povo havia desaparecido”. O resultado final do cataclismo social da onda negra seria o desaparecimento de todo um povo, a morte da nação.

Sem dúvida, a visão do velho do Itajurú mobilizava o medo senhorial de um grande levante escravo, que se apresentava como uma possibilidade real. Mas o principal objetivo visado pelo autor, a questão central, parece ter sido mais o reforço da necessidade do monarca como elemento garantidor da ordem. A centralidade desse objetivo político torna-se patente ao analisarmos a linha editorial seguida pelo Cônego Januário no DF no contexto da publicação da visão. Ela surge no momento em que todas as forças eram mobilizadas pelo redator para consolidar a legitimidade bastante desgastada de D. Pedro I, sendo essa a linha predominante no jornal, expressa em diversos artigos. Quanto à escravidão ou ao tráfico, somente de forma muito secundária eles apareciam nas páginas do DF.<sup>18</sup>

<sup>16</sup>Sobre o seu uso e sentido, ver Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*, São Paulo, HUCITEC, 2005, p. 83-98.

<sup>17</sup>Anônimo, “Visão achada entre os papéis de um solitário”, *Diário Fluminense*, 24 de janeiro de 1831, p. 68.

<sup>18</sup>Do período em que o Cônego Januário foi redator do *Diário Fluminense* (abril de 1830 a abril de 1831), localizei poucos artigos que tratavam dessas questões: 19 de junho de 1830, 23 de setembro de 1830 e 13 de dezembro de 1830. O primeiro já foi analisado anteriormente; os dois últimos buscavam lembrar que já estava em vigor a proibição do tráfico. Revelavam um esforço, ainda que tímido, em defender a aplicação do tratado antitráfico pelo governo pedrino.



Poucas vezes se apresentou de forma tão clara a relação entre monarquia e escravidão. A primeira era apresentada como necessária, em um contexto escravista, para garantir a propriedade, a ordem social, os valores constitucionais e a unidade nacional. Vale destacar a relação de causa e efeito subjacente à narrativa da visão: a supressão do monarca, início do texto, era apresentada como levando necessariamente à reversão da ordem social e à anulação da nação por meio de um enorme levante de escravos, ponto culminante do escrito. Todo o texto se estruturava em torno de argumentos políticos de defesa da figura do monarca contra os agentes sociais identificados menos pela sua composição racial do que pela defesa dos princípios políticos de República, Igualdade e Federalismo, vistos como inadequados à realidade escravista brasileira, levando aos flagelos sociais indicados. O problema maior estaria no radicalismo político, que desencadearia o conflito racial, sendo este consequência involuntária, mas inescapável, daquele. De certa forma, ao publicar o escrito, Januário da Cunha Barbosa utilizava a mesma estratégia que rechaçara nos deputados portugueses às cortes: aticava o medo dos proprietários e usava a presença da escravidão como argumento para obstaculizar reivindicações por maior liberdade política e igualdade social. Dessa forma, quanto ao sentido político de seu uso, a visão do velho do Itajurú é um caso de profecia com fins conservadores. Ela não visava incentivar mudanças, mas reforçar a manutenção de um *status quo* político e social, rompendo com certa modalidade de profecias marcadas por um caráter utópico e que buscavam a criação de futuros diferentes.<sup>19</sup> Daí o investimento em traços apocalípticos, sem as perspectivas de renovação permitidas pela versão milenarista ou mesmo pela noção de palingenesia.<sup>20</sup>

Mas essa negatividade na representação do futuro, se não chega a ser anulada, era pelo menos atenuada por um epílogo esperançoso. Nas últimas linhas do texto, logo após o velho naturalista acordar do sono que lhe propiciara a visão, abriam-se lhe os Céus e aparecia-lhe “uma Matrona fulgurante pelos raios da eterna glória”, que lhe dizia:

Eu tenho posto ante o Trono de Deus e protejo os meus filhos, o Pai dos meus filhos e aquela que lhes faz as vezes de Mãe. Então a paz se restituiu ao meu coração; eu disse comigo mesmo: o que tenho visto sobre a montanha do Itajurú não é o futuro, é uma *falsa visão* que não deve causar susto aos que sabem quanto o Céu nos protege e quanto pode a prudência contra as tentativas de alguns loucos que pouco alcançam com a vista em roda de si [grifo do autor].<sup>21</sup>

Mas, nas últimas frases, ainda sustentava a pertinência de divulgação da visão, que deveria ser escrita “para ser lid[a] dos que podem meditar e aproveitar

<sup>19</sup>Luís Felipe Silvério Lima, *O Império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino*, São Paulo, Alameda, 2010, p. 244-245.

<sup>20</sup>Jean Delumeau, “Duas leituras diferentes das profecias apocalípticas”, In: \_\_\_\_; *História do medo no Ocidente: 1300-1800 – uma cidade sitiada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

<sup>21</sup>Anônimo, “Visão achada”, *Diário Fluminense*, 24 de janeiro de 1831, p. 68.

com tempo estas lições que *ainda em ficção* horrorizam aos que sabem quais são as infalíveis consequências das amotinações populares [grifo do autor].”

Assim, a última visão tenderia a anular a primeira, apresentada como sendo uma “falsa visão”, ou um discurso sem *status* epistemológico realista, um discurso “ainda em ficção”: os termos indicam um esforço do autor para se distanciar do modelo profético que, no entanto, tão bem pusera em funcionamento. Ela indicaria a relutância de um periódico redigido por um ilustrado em dar crédito a essa modalidade arcaica de projeção do futuro que, no entanto, não deixava de mobilizar pela eficácia política que parecia ter junto ao público. Sobre esse último ponto, vale lembrar que, ao invés de ser uma prática de todo banida pela modernidade, o recurso à profecia como móvel de ação política teve, no período posterior à Revolução Francesa, um momento de florescimento, como uma contrapartida angustiante da era das revoluções. Isso ocorreu não somente no mundo lusitano posterior à invasão napoleônica, ou nos sertões brasileiros, mas um pouco por todo o Ocidente, sendo um importante fator de mobilização das massas e chegando mesmo a assumir um espaço importante na cultura erudita, por meio do romantismo e em alguns movimentos sociais organizados, como o abolicionismo britânico.<sup>22</sup>

Contudo, a visão do velho do Itajurú não conseguiu impedir a destituição de D. Pedro I do trono. Januário da Cunha Barbosa parece não ter feito uso novamente da profecia, o que não significa que tenha deixado de empenhar-se na projeção do futuro. Mas o contexto político assim como o seu posicionamento mudaram. Com o 7 de abril, ele deixou a redação do DF e, após um breve hiato, retornou, em fins de 1833, às lides do jornalismo político como redator do jornal governista *Diário Oficial*, mas, então, alinhado aos liberais moderados que antes combatera. Naquele momento, a questão da escravidão passou ao centro de suas preocupações, redefinindo seu horizonte de expectativas.

### Entre malês e haitianos: o prognóstico de um levante escravo atlântico

A partir de finais de 1833, como redator do *Diário Oficial*, o Cônego Januário se envolveu na luta política, combatendo os “anarquistas” exaltados e os “monstros da retrogradação”<sup>23</sup> caramurus. Foi, portanto, como agente alinhado aos liberais moderados no poder que Januário Barbosa trouxe a questão da escravidão para o primeiro plano de sua preocupação. Não se trata, porém, de um movimento individual, restrito ao Cônego. Naquele início da década de 1830, observava-se uma intensa politização da escravidão e do tráfico, que teve na imprensa da Corte uma de suas arenas privilegiadas.<sup>24</sup> Januário Barbosa

<sup>22</sup>Sobre profecia e romantismo, ver Ian Balfour, *The rethoric of romantic prophecy*, Stanford, Stanford University Press, 2002, p. 48. Paul Benichou, “Le temps des prophètes”, In: \_\_\_\_\_, *Romantismes français I*, Paris, Gallimard Quarto, 2004. Sobre profecia romântica e abolicionismo britânico, ver Helen Thomas, *Romanticism and slave narratives: transatlantic testimonies*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

<sup>23</sup>A *Mutuca Picante*, 30 de janeiro de 1835.

<sup>24</sup>Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 84-103.

fazia parte de um grupo de liberais moderados que esboçou um discurso e algumas medidas de caráter antiescravista, concentrando-se em defender o fim do tráfico de escravos. Não questionavam, porém, a propriedade escrava existente (da qual usufruíam), rechaçando medidas abolicionistas de caráter imediato. Tendo a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional (SDLIN) do Rio de Janeiro como principal espaço de sociabilidade, capitaneados pelo deputado Evaristo da Veiga, políticos e jornalistas alertavam contra a retomada crescente do comércio negreiro a partir de 1833.<sup>25</sup> O Cônego Januário, em uma das reuniões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), propunha que a “comissão redi[gisse], com urgência, um projeto de representação ao Governo”,<sup>26</sup> solicitando medidas mais duras contra o tráfico, reforçando a tendência do movimento de pressionar as autoridades para fazer cumprir a lei antitráfico de 1831. Ao invés de ter sido pensada como mero subterfúgio formal para atenuar a pressão britânica, interpretações recentes indicam que a lei correspondeu ao empenho antiescravista de setores da elite política brasileira, tendo papel importante em fragilizar a propriedade escrava no longo prazo.<sup>27</sup>

Esse empenho antiescravista não deixou de despertar forte oposição política por alguns setores francamente pró-escravistas e vinculados ao tráfico que renascia ao embalo da forte demanda da produção cafeeira em expansão no Vale do Paraíba. Esses setores eram capitaneados pelo então deputado liberal moderado Bernardo Pereira de Vasconcelos. Essa mobilização pró-escravista foi um dos pivôs da cisão entre os liberais moderados, que se transformaria no regresso conservador e início de uma política sistemática de defesa da escravidão.<sup>28</sup> A partir de setembro de 1834, Vasconcelos iniciou uma série de ataques, na Câmara e pelo jornal *O Sete de Abril*, a Aureliano Coutinho, então um “superministro” liberal moderado, também sócio da SAIN, que acumulava as duas pastas mais envolvidas na repressão ao tráfico: a da justiça e a dos estrangeiros. Além de ser desafeto de Vasconcelos, Aureliano esforçava-se por fazer cumprir a lei de 1831, pressionando autoridades locais para averiguar boatos de desembarque clandestino de africanos e para julgar e condenar contrabandistas, todas medidas divulgadas, à exaustão, pelo próprio Cônego Januário, no jornal *Correio Oficial*. Em setembro de 1834, Aureliano propunha à Câmara recursos para reenviar à África os negros apreendidos na repressão ao tráfico e ainda a aceitação da proposta britânica de um acordo que

<sup>25</sup>Sobre a diminuição e retomada do tráfico, ver Robert Edgard Conrad, *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985. Sobre a oposição ao tráfico, ver Marcello Otávio Neri de Campos Basile Rodrigues, *O Império em construção: projetos de Brasil e a ação política na corte regencial*, Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 102-106. Alain El Youseff, *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1822-1850, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 116-127. Robert Edgard Conrad, *op cit*.

<sup>26</sup>*Aurora Fluminense*, 10 de março de 1834.

<sup>27</sup>Beatriz Mamigonian; Keila Grinberg, Dossiê “Para inglês ver? Revisitando a lei de 1831” (dossiê), *Estudos Afro-asiáticos*, ano 29, n. 1-2-3, 2007.

<sup>28</sup>Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 130-134.

aumentasse (pela aceitação da cláusula de equipamento) o poder das comissões mistas anglo-brasileiras para uma mais eficaz repressão ao comércio negreiro, então sabotada pelas autoridades e por magistrados locais.<sup>29</sup> As propostas despertaram a forte oposição do deputado Vasconcelos. Clamando, na Câmara, contra o atentado à soberania nacional, que, em sua opinião, representava um acordo que submetesse cidadãos brasileiros a juízes britânicos, e contra o mau uso de vultosos recursos públicos para reenviar os africanos, Vasconcelos defendia o *status quo* escravista e buscava anular as iniciativas contrárias ao tráfico levadas adiante por Aureliano.<sup>30</sup> Argumentando em defesa da soberania brasileira, mobilizava uma versão própria do discurso da razão nacional, invertendo-lhe o sentido antiescravista identificado por José Murilo de Carvalho.<sup>31</sup>

---

*Naquele início da década de 1830,  
observava-se uma intensa politização da  
escravidão e do tráfico, que teve na imprensa  
da Corte uma de suas arenas privilegiadas*

---

Vasconcelos ainda organizou um ataque pela imprensa, mobilizando toda a sua verve e ironia cáustica n' *O Sete de Abril*. O ataque não era somente ao ministro; resvalava sobre os moderados em geral e atingia diretamente o grupo de políticos mais próximo a Aureliano Coutinho (chamados de “marrecos”), formado pelo então mordomo do paço imperial, Paulo Barbosa da Silva, pelo tutor do Imperador, Manuel Inácio de Andrade (Marquês de Itanhaém), pelo diretor da alfândega e irmão de Aureliano, Saturnino de Sousa e Oliveira, todos componentes do que ficou conhecido, a partir dos anos 1840, como “facção áulica”.<sup>32</sup> Chamada, pelo jornalismo ligado a Vasconcelos, de “sacra camari-lha”, a definição do grupo surgia de forma indissociável da questão do tráfico de escravos, sendo também acusado de formar um partido secreto que controlava o poder dos bastidores em proveito seu, de seus apaniguados e dos diplomatas ingleses.

Vasconcelos também não poupou os jornalistas liberais moderados mais empenhados em defender o ministro Aureliano: Evaristo da Veiga, da *Aurora Fluminense*, e, principalmente, o Cônego Januário da Cunha

---

<sup>29</sup>Dentre outros, “Ministério da justiça”, *Correio Oficial*, 18 de agosto de 1834. “Ministério dos estrangeiros”, *Correio Oficial*, 25 de setembro de 1834. “Câmara dos senhores deputados. Sessão de 24 de setembro”, *Correio Oficial*, 27 de setembro de 1834.

<sup>30</sup>*O Sete de Abril*, 30 de setembro de 1834.

<sup>31</sup>José Murilo de Carvalho, “Escravidão e razão nacional”, In: \_\_\_\_\_, *Pontos e bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.

<sup>32</sup>A pouca atenção da historiografia acadêmica brasileira com a “facção áulica” começa a ser superada pelos estudos de Julio Bentivoglio. Aqui, procuro indicar a política da antiescravidão como um dos possíveis elementos constituintes do programa do grupo e que merece maiores estudos. Ver Julio Bentivoglio, “Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado: a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II”, *Esboços*, vol. 17, n. 23, 2010, p. 187-222.

Barbosa. O último, acusado de venalidade e camaleonismo político, recebeu, d'*O Sete de Abril*, uma avalanche de apelidos injuriosos, tais como “Cônego sem vergonha”, “Frei mutuca”, “Padre das molhaduras”, o “exorcista”, “Padre mosca varejeira”, “moralista”, “Frei risota”. Mas a ação de Vasconcelos não se restringia a uma campanha contra os áulicos e Aureliano, que, por fim, seria triunfante, com a queda desse ministro em janeiro de 1835. Houve um claro empenho em criar uma frente de defesa política dos interesses do tráfico e na legitimação simbólica da escravidão, como indicam Tamis Paron e Alain El Youssef.<sup>33</sup>

Configuravam-se, dessa forma, em finais de 1834, grupos políticos divergentes, a partir da dissolução da frente liberal moderada, sendo o tema do tráfico de escravos um dos pontos de clivagem. Como forma de fazer frente à iniciativa capitaneada por Vasconcelos, foi criado, em setembro de 1834, *A Mutuca Picante*, jornal sob redação do Cônego Januário, que adotava o tom cáustico e agressivo do adversário para defender o governo. Por suas páginas e pelo *Correio Oficial*, Januário defendia o ministro Aureliano e acusava Vasconcelos de ser “traidor” dos moderados e de ser “negreiro”.<sup>34</sup>

Para anular seus adversários, Januário lançaria mão de uma estratégia política que já experimentara anteriormente: a mobilização do medo do levante escravo.<sup>35</sup> Mas, diferentemente do caso da visão do Pico do Itajurú, dessa vez, a escravidão e o tráfico de escravos apareciam como questões centrais do embate, que ia muito além da defesa de uma autoridade pública. Tratava-se, antes de tudo, de fazer valer a lei antitráfico de 1831.

Nesse sentido, em novembro de 1834, nas páginas do *Correio Oficial*, Januário publicava “noticias aterradoras” que chegavam de Granada, Trinidad, Monserrate, Saint Kitts e Dominica, no Caribe britânico. Além de epidemias, “pela mala da Trindade sabemos que as cidades nestas paragens pareciam praças fortes em estado de sitio. Os negros, no 1º de agosto, juntaram-se aos centos, e recusaram trabalhar na maior parte das fazendas. Muitos foram presos e encarcerados, e dizia-se que a ilha seria imediatamente posta sob o império da lei marcial”. Mesmo com essas medidas, a ameaça escrava fazia-se presente, pois, “Na Dominica temia-se que os negros lançassem fogo às casas dos brancos enquanto dormiam”.<sup>36</sup> Cruzando o espaço Atlântico, a notícia evidenciava angústias senhoriais comuns e os impasses efetivos do processo de abolição da escravidão nas colônias britânicas que, nesse mesmo dia 1º de agosto, libertava os escravos, tornando-os, no entanto, “aprendizes”

<sup>33</sup>Tamis Paron, *A política da escravidão no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 130-156. Alain El Youssef, *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1822-1850, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 116-127.

<sup>34</sup>*Correio Oficial*, 06 de outubro de 1834. *Correio Oficial*, 10 de outubro de 1834. *Mutuca Picante*, 26 de outubro de 1834.

<sup>35</sup>Sobre a importância e limites do estudo das estratégias em uma história dos escritos, ver Dinah Ribard; Nicolas Schapira (dirs.), *On ne peut pas tout réduire à des stratégies: pratiques d'écritures et trajectoires sociales*, Paris, PUF, 2013.

<sup>36</sup>*Correio Oficial*, 21 de novembro de 1834.

sob controle senhorial até 1838.<sup>37</sup> Contudo, o Cônego Januário nenhuma menção fazia à abolição. Nas “reflexões” que seguiam, buscava tirar outras lições da experiência apresentada:

Este quadro triste merece as vistas dos nossos cegos plantadores, que a título de não perderem as suas lavouras infringem escandalosamente uma das mais salutareis leis, que no Brasil se tem promulgado, e *preparam em próximo futuro* ou a si ou a seus filhos os mesmos horrores que já estão sofrendo aqueles insulares. Desenganem-se de vez os nossos patrícios, que cada africano que metem em suas fazendas é um novo *barril de pólvora*, que tem de fazer terrível explosão; o interesse presente não os deve fazer cegos a respeito de *gravíssimos males futuros*. Um escravo foi sempre inimigo de seu Senhor; e quando souber que este a despeito da Lei o priva da sua liberdade, fará desesperados esforços para vingar-se, e colher o benefício da lei que tão injustamente se lhe nega [grifos do autor].<sup>38</sup>

Com os olhos no contexto escravista internacional, Januário redefinia, em seu discurso, a relação entre escravidão e o futuro, destacando os efeitos catastróficos da primeira sobre o segundo. A experiência do Caribe britânico era mobilizada para sustentar o prognóstico de que o contrabando de escravos criaria um futuro próximo de violência e destruição, semelhante àquele profetizado pelo velho do Itajuru que, no entanto, não era mencionado. Ao mesmo tempo, rechaçava a alternativa de uma abolição imediata que, diferentemente da via gradual implícita na lei de 1831, levaria à turbulência e ao caos social. Paulatinamente, o Cônego Januário redefinia seus parâmetros temporais e rompia com a postura condescendente, que defendera no contexto da Independência, quando via como compatíveis, no futuro, a escravidão e a constituição de uma nação livre. Cada vez mais, escravidão e futuro da nação tornavam-se termos excludentes. E a preparação desse futuro era algo que não poderia mais ser postergado; deveria começar em seu presente, com a efetiva supressão do tráfico.

Assim, a questão da escravidão não somente passava a assumir um lugar central nas preocupações de Januário Barbosa, mas também a estratégia de sua escrita antiescravista mudava de teor. Não se tratava mais de destacar, como fizera em 1830, o aspecto econômico da pouca produtividade do trabalho escravo. O importante, para o Cônego, era destacar o caráter ameaçador do escravo, apresentado como “barril de pólvora lançado à mina”, *topos* maior da retórica do medo mobilizado pelos setores antiescravistas brasileiros. A estratégia de escrita dos adversários brasileiros do tráfico, a partir de meados dos anos 1830, parece ter sido marcada pela intensificação da imagem, já existente, de um escravo bárbaro, nos limites da animalidade, inimigo de seu senhor e ameaça maior à segurança física (não somente moral e econômica,

<sup>37</sup>Seymour Drescher, *The mighty experiment: free labor versus slavery in British emancipation*, Oxford, Oxford University Press, 2002.

<sup>38</sup>*Correio Oficial*, 21 de novembro de 1834.



como antes se afirmava) da sociedade em conjunto.<sup>39</sup> O Cônego o explicitava ao considerar serem os africanos “inimigos figadais, de cuja barbaridade ficam dependentes as suas [dos proprietários compradores] vidas, as de suas mulheres e filhos; inimigos que, até por seu número, podem alguma vez fazê-los arrepender de sua imprudência; e oxalá que alguns fatos não viessem em apoio dessa hipótese!”<sup>40</sup>

Dessa forma, os antiescravistas brasileiros iam na contramão do discurso de abolicionistas norte-americanos e europeus que, mesmo apelando, por vezes, a tons apocalípticos, tendiam a privilegiar a empatia entre seus interlocutores e os escravos, empenhado-se em ressaltar a humanidade e sensibilidade do africano.<sup>41</sup> Já os antiescravistas brasileiros, naquele momento, tendiam a uma estratégia de escrita que invertia a ordem de prioridades. Mesmo que, por vezes, apelassem para o sofrimento do escravo, predominava a difusão de uma imagem do negro marcada pelo crivo da negatividade e da ameaça, em uma estranha versão de negrofobia com finalidades antiescravistas.

Esse processo de progressiva centralidade da imagem do escravo como ameaça à segurança de senhores teve como condição importante a própria ação escrava, por meio da revolta dos malês, em Salvador, evento de grande impacto no debate em curso.<sup>42</sup> Ocorrido no final de janeiro de 1835, quando escravos muçulmanos tomaram de assalto a segunda maior cidade do Império, ele conferiu uma dramática concretude às expectativas catastróficas que recomaçavam a ser mobilizadas pelo Cônego. Como já indicou a historiografia, a revolta dos malês espalhou o terror entre os proprietários, temerosos de que se alastrasse pelas demais províncias e pela Corte, implicando forte controle e violenta repressão sobre os escravos e

<sup>39</sup>Mudança semelhante pode ser observada no discurso do outro expoente do antiescravismo liberal moderado: Evaristo da Veiga. Considere-se seu artigo publicado na *Aurora Fluminense*, de 14 de maio de 1834, em que a ameaça social aparecia discretamente como último argumento mobilizado em um texto que se concentrava nos males econômicos e morais da escravidão. Compare-se a linha argumentativa desse artigo aos textos posteriores à revolta dos malês, em que o *topos* do “barril lançado à mina” tornou-se o argumento central de seus discursos antiescravistas. Sobre a negatividade crescente na representação do negro na década de 1830, ver Jaime Rodrigues, *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850), Campinas, Editora da UNICAMP; CECULT, 2000, cap. 1. Ela seria mantida até os anos 1880 pelos abolicionistas brasileiros que, diferentemente de seus congêneres norte-americanos, baseavam-se em uma representação fortemente negativa do escravo como inimigo do senhor e da sociedade, conforme estudo de Célia Maria Marinho de Azevedo, *Abolicionismo*: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada – século XIX, São Paulo, Annablume, 2006, p. 99-146.

<sup>40</sup>*O Fluminense*, 16 de dezembro de 1835.

<sup>41</sup>David Brion Davis afirma que a difusão de uma opinião antiescravista, a partir do final do século XVIII, só pôde ocorrer por uma mudança na imagem do negro, que resgatou sua plena humanidade, ao identificá-lo como “um homem de virtude natural e sensibilidade”. Ver David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, tradução de Wanda Caldeira Brant, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 522-531. Sobre o uso do apocalipse no discurso antiescravista britânico, ver Helen Thomas, *Romanticism and slave narratives*: transatlantic testimonies, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. 76. Sobre a empatia com o escravo como estratégia discursiva antiescravista dos românticos britânicos, ver Debbie Lee, *Slavery and the romantic imagination*, Philadelphia, University of Pensilvania Press, 2002, p. 33.

<sup>42</sup>João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

negros libertos por todo o império.<sup>43</sup> O próprio Cônego Januário clamava por medidas repressivas contra os nagôs do Rio de Janeiro, indicando que seu antiescravismo não prescindia do violento controle sobre escravos e libertos.<sup>44</sup> Mas a historiografia pouco explorou o contexto político em que a revolta surgiu, marcado pela cisão dos moderados e o acirrado embate entre os partidários de Vasconcelos e Aureliano, negligenciando o impacto que o levante teve nesse embate imediato e no conjunto da dinâmica cultural do Império, o que procuramos aqui priorizar.<sup>45</sup>

---

*Essa mobilização pró-escravista foi um dos pivôs da cisão entre os liberais moderados, que se transformaria no regresso conservador e início de uma política sistemática de defesa da escravidão*

---

Difícilmente, por suas dimensões, a rebelião dos malês deixaria de impressionar os contemporâneos, mas, seguramente, o ambiente político acirrado existente na Corte potencializou ainda mais a repercussão do evento. Ocorrido no momento de ascensão da estratégia pró-escravista de Vasconcelos, forneceu combustível para seus adversários, que buscaram incentivar e direcionar, contra o deputado escravista, a onda de pânico que tomou conta da Corte. Evaristo da Veiga, por meio de artigos inflamados na *Aurora Fluminense*, tomou a frente na mobilização do medo e conseguiu impor um temporário recuo a seu adversário que, por cerca de cinco meses, não mais realizou investidas pró-escravistas.<sup>46</sup>

Vasconcelos somente tornou ao tema no final de julho de 1835, quando pediu a anulação da lei de 1831, e, depois, em outubro. Naquele momento, ficou claro que Feijó, recém-empossado regente, abandonara a defesa que

---

<sup>43</sup> João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003. Flávio Gomes, *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 213-247.

<sup>44</sup> “Nesta cidade há ruas, aonde os Nagôs ocupam as casas de quadras inteiras, e em cada casa moram 10, 12 e mais; eles continuamente ajuntam-se e fazem reuniões, a título de festas, batizados, etc. e ninguém os pesquisa, os vigia”. *O Fluminense*, 03 de novembro de 1835.

<sup>45</sup> Exceção deve ser feita à dissertação de Alain El Youssef, a que tive acesso quando já havia terminado este artigo e com a qual convirjo em vários pontos. Ela constitui, de longe, o principal trabalho sobre o debate político sobre a escravidão na imprensa brasileira oitocentista. João José Reis estudou a repercussão da revolta em jornais da Corte, mas sua análise pouco considerou o contexto de luta político-partidária vigente e restringiu-se, basicamente, ao *Jornal do Commercio* e ao *Pão de Açúcar*. João José Reis, *op cit.*, p. 509-518.

<sup>46</sup> A ação mais contundente de Vasconcelos na imprensa foi a publicação, no *O Sete de Abril*, no dia 10 de fevereiro de 1835, do artigo que Feijó publicara anteriormente no *Farol Paulistano*, de 24 de dezembro de 1834, favorável à supressão da lei antitráfico de 1831. Ele não contava, porém, com a chegada, na Corte, nesse mesmo dia, da notícia da revolta dos malês. A partir daí, seu adversário Evaristo da Veiga tomara a iniciativa no embate das penas, publicando diversos artigos que relacionavam a continuidade do tráfico com a revolta de escravos, incentivando, publicamente, a onda de pânico que tomou conta da Corte e barrando, por quase meio ano, a ofensiva pró-tráfico que Vasconcelos vinha promovendo desde outubro de 1834. Somente em 1º de agosto de 1835, *O Sete de Abril* publicaria artigo favorável ao tráfico. Sobre a contraofensiva de Evaristo, ver, dentre outros, *Aurora Fluminense*, 15 de fevereiro, 22 de fevereiro, 20 de março e 27 de março, todos de 1835.

fizera anteriormente (dezembro de 1834) da anulação da lei antitráfico de 1831 e passara a sugerir à Câmara leis mais severas contra o comércio negreiro e a favor da imigração europeia. Iniciava-se, então, nova arrancada pró-escravista de Vasconcelos que, além de atacar diretamente Evaristo da Veiga e o governo Feijó, argumentava no sentido de mostrar a escravidão como compatível com a religião e a moral, mobilizando autores antigos, cristãos e modernos.<sup>47</sup>

Como reação a essa rearticulação pró-escravista, os setores próximos ao governo desencadearam nova onda de ataques a Vasconcelos e aos defensores do tráfico, mobilizando, mais uma vez, a estratégia do medo. Nesse sentido, o político paraense João Cândido de Deus e Silva, sucessor do Cônego na redação do *Correio Oficial* (Januário saíra no final do ano de 1834), não deixou de identificar, na revolta dos malês, “a nuvem negra que tão melancolicamente fora pintada pelo velho do Itajurú nas visões, que precederam a sua morte”; ela “pode despejar milhares de flagelos sobre aqueles mesmos que hoje à sua sombra dormem sem lembrança de tantos perigos”.<sup>48</sup>

Outro terror antigo resgatado foi o do levante de escravos haitianos, mobilizado como experiência negativa a ser exorcizada.<sup>49</sup> Nesse terreno, ninguém superou o próprio Cônego Januário da Cunha Barbosa, provável redator de *O Fluminense*, jornal criado em outubro de 1835 expressamente para defender o governo Feijó e que serviu de difusão para o caso de mais agudo uso político do haitianismo, tendo Vasconcelos como alvo primordial.<sup>50</sup> *O Fluminense* buscava identificá-lo como cabeça de um movimento mais amplo, apelando para teorias conspiratórias. E, para tanto, usava o expediente de diminuir a responsabilidade do jornal sobre a informação que divulgava, fazendo-a passar por boato do qual seria mero transmissor, mas que não deixava de reforçar e propagar com claros fins políticos. Assim, escrevia:

<sup>47</sup>“A escravatura”, *O Sete de Abril*, 31 de outubro de 1835.

<sup>48</sup>*Correio Oficial*, 13 de novembro de 1835.

<sup>49</sup>Sobre os usos do haitianismo, ver David Geggus (ed.), *The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*, Columbia, University of South Carolina Press, 2001; Flávio Gomes, “Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista”, *Tempo*, vol. 7, n. 13, p. 146-209, 2002. Alain El Youseff, *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1822-1850. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 128-140.

<sup>50</sup>Não há referência alguma à identidade do redator de *O Fluminense* nem nos estudos sobre história da imprensa no Brasil que sequer mencionem o jornal (Alain El Youssef trata dele, mas o considera anônimo), nem nas biografias do Cônego Januário. Para atribuir a ele a redação do periódico, me baseio nas grandes afinidades de postura identificadas ao longo deste artigo, mas, principalmente, nas diversas notícias publicadas no jornal *O Sete de Abril*. Assim, *O Sete de Abril* de 16 de dezembro de 1835 comentava que “o *Fluminense* nos fica, é verdade; porém, esse é um bobo que quase ninguém lê, principalmente depois que se divulgou ser o seu redator o Revm. Cônego Januário, talento pobre e hoje envelhecido”; n<sup>o</sup> *O Sete de Abril* de 16 de janeiro de 1836: “O Januário, que se vende por sabichão a 80rs, depois de nos dizer no seu *Fluminense* N 19 que ...”; n<sup>o</sup> *O Sete de Abril* de 08 de junho de 1836: “o digníssimo Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa, ex-redator ou alugado colaborador de *Mutuca Picante*, *Fluminense* e outros periódicos do governo...”. Essas afirmações, que atribuíam a redação d<sup>o</sup> *Fluminense* ao Cônego Januário, nunca foram desmentidas pelas páginas desse periódico. Sua redação pelo Cônego é mais certa que a influência de Vasconcelos sobre o jornal *O Sete de Abril*, cuja única prova existente é a atestação pelos adversários, no entanto, sempre recusada pelos redatores d<sup>o</sup> *O Sete*, o que não impede a historiografia contemporânea de tomar essa influência como certa.

sabe-se, segundo a voz pública (e os fatos parecem confirmar o que se diz) que uma grande associação se formará para a introdução clandestina de escravos, a qual [...] tem procuradores tão ativos que não só triunfam do zelo dos apressadores, como também fazem publicar pelos seus periódicos doutrinas contrárias à extinção da Lei do tráfico [sic],<sup>51</sup> e o que mais é, tem depositado (valha a verdade) 12:000\$000 rs. para quem mais concorrer para a abolição dessa lei [...]. Pregar a necessidade da escravatura no Brasil? chamar utopias as providências que se tomam para que ela se vá extinguindo em virtude da Lei que proíbe a sua introdução não é pertencer a essa sociedade negrófila, de que todos falam, ou pelo menos fomentar o seu interesse baseado na infração da Lei?<sup>52</sup>

Se Vasconcelos mobilizava o fantasma conspiratório da “sacra camarilha” para atacar áulicos e o governo moderado, *O Fluminense*, por sua vez, respondia equiparando os defensores do tráfico a uma “sociedade negrófila”, com toda a carga de desqualificação e terror que o termo trazia no imediato pós-malês. Mas, nos números seguintes d’*O Fluminense*, o redator procuraria hiperdimensionar as ações da dita sociedade, sugerindo que não eram restritas ao território nacional. Novamente, o periódico apelava para o boato:

Não falta quem diga que uma sociedade poderosa se criara em país estrangeiro, com o fim de desinquietar os escravos africanos hoje derramados por toda a superfície da América, e que diversos emissários trabalham incansáveis nessa tarefa, querendo a custo de nossos incômodos apressar um benefício que deve ser lento, e com muita prudência preparado. Não sabemos que grau de crédito mereça um tal boato, mas talvez que vários movimentos dessa gente em alguns pontos do Brasil nos façam ter como certa essa notícia. Apesar de que uma empresa desta natureza se disfarce com as aparências da filantropia, com tudo ela se torna horrorosa pelos perigos a que expõe a raça não africana, que terá de lutar com muitos males, e sofrer bem sérios detrimientos. Mas seja ou não verdade o que se diz, parece que também a sordida cobiça, por caminhos diversos, conspira a envolver-nos a este respeito em muitas desgraças, porque a introdução de africanos continua mais ativa do que antes de ser proibida por uma lei que honra a sabedoria de quem a propusera.<sup>53</sup>

Januário avançava em sua estratégia do medo e difundia um diagnóstico marcado pelo sinal da tragédia iminente sobre o presente: o Brasil estaria sob a ameaça de um complô internacional para o levante dos escravos. Seguindo essa lógica, dias depois, *O Fluminense* ainda reproduziu uma notícia do *Times*, mostrando que alguns estados do sul dos Estados Unidos estavam alvoroçados com a distribuição de papéis cheios de “doutrinas venenosas e inflamatórias”

<sup>51</sup>Aqui se trata, claramente, de um erro de redação em que o texto coerente com o restante da nota deveria ser “doutrinas contrárias à extinção do tráfico”, sem a palavra “Lei”.

<sup>52</sup>*O Fluminense*, 14 de novembro de 1835.

<sup>53</sup>*Idem*, 09 de dezembro de 1835.

por membros de sociedades abolicionistas dos estados do Norte. Indicava que cidadãos sulistas invadiram o correio e queimaram os papéis. “O alvoroço chegou a tal ponto que conduziu a alguns atos manifestos de violência”. Apesar de a situação ter-se acalmado, “no Estado do Mississippi tem as coisas chegado a um ponto mais sério. Tinha-se descoberto atualmente uma conspiração para a emancipação dos negros”.<sup>54</sup> O redator trazia ao Brasil notícias dos levantes antiabolicionistas de 1835 do sul dos Estados Unidos, resposta à crescente radicalização do abolicionismo do Norte, que assumia, então, caráter imediatista. Especialmente selecionada e inserida em um contexto argumentativo que vinha sendo progressivamente construído, a notícia do exterior reforçava a ideia de que a mobilização pela liberdade dos negros não estava restrita à Bahia e nem aos próprios negros, mas tinha uma dimensão continental e ramificações entre agentes diferentes (como alguns abolicionistas provavelmente brancos), o que amplificava exponencialmente a sua periculosidade, como se o Atlântico todo fosse um barril prestes a explodir.

---

*Januário avançava em sua estratégia do medo e difundia um diagnóstico marcado pelo sinal da tragédia iminente sobre o presente*

---

A importância de ambas as notícias está no fato de que apresentavam às claras — no espaço público, e como estratégia retórica com fins políticos — o mesmo temor de uma articulação abolicionista atlântica que a historiografia atual identificou como presente em comunicações internas e sigilosas, restritas a setores específicos do governo. Tamis Parron mostrou como, desde 1833, o agente diplomático brasileiro em Londres, Eustáquio A. de Melo Matos, enviava relatórios alertando o governo de possíveis “maquinações” motivadas pelos abolicionistas ingleses e os proprietários de *plantations* do Caribe britânico.<sup>55</sup> Diretamente ligado às notícias publicadas n’*O Fluminense*, há o caso, recuperado por Flávio Gomes, da mensagem reservada enviada em 02 de setembro de 1835 ao Ministro da Justiça também pelo agente diplomático brasileiro em Londres. Ela relatava o caso do envio de vários abolicionistas do norte para cidades do sul dos Estados Unidos, que, visando “promover a liberdade dos escravos, iam excitando a levantes”, considerando parecer “bastante provável que iguais comissários sejam daqui mandados para o Império”.<sup>56</sup> O caso relatado pelo agente diplomático era o mesmo que Januário publicava no dia 16 de dezembro, visando enfraquecer seu adversário político e sua política pró-tráfico.

<sup>54</sup>*O Fluminense*, 16 de dezembro de 1835.

<sup>55</sup>Tamis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 127-128.

<sup>56</sup>Flávio Gomes, *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 218.

Como arremate desse processo de uso político do haitianismo, deixando de lado os boatos e qualquer prurido de preocupação com uma informação mais confiável, o Cônego aprimorou seus dotes imaginários e partiu para a invenção. Publicou duas cartas supostamente interceptadas, escritas por um sujeito que tinha todas as características de ser Vasconcelos e remetidas a ninguém menos que Boyer, então presidente do Haiti. Na primeira, e mais longa, lia-se:

Ao meu amigo e futuro aliado, o Presidente Boyer. Rio de Janeiro .....

[...] A disposição dos nossos é hoje excelente, se bem que as tentativas frustradas da Bahia devessem contribuir para desanimá-los. Todo o meu cuidado é trabalhar para que não percam a esperança. [...] graças à minha sagacidade tenho arranjado as coisas de modo que alguns fazendeiros abonam com o favor que lhes dão a importação de nossos soldados. [...] hoje posso contar, quase seguro, que o triunfo há de ser nosso, com *tempo e paciência*. O presidente Boyer e o Presidente V..... serão os regaladores da Política desta rica metade do Mundo, e ser-nos-á fácil, coligados, darmos cabo desta detestável Nação, que é o objeto do meu ódio, desde longo tempo.

Vários movimentos têm já aparecido em diversos pontos dessa província; e posto que não seja provável o bom resultado, eles convêm para afervorar a nossa gente, e tê-la sempre com as mãos na massa. [...] Meu futuro aliado, por ora o essencial é entreter a ideia de que não se pode dispensar no país a importação de Africanos, animar nessas partes todas as prevenções dos nossos agricultores, fazer coro com os contrabandistas, e gritar tão alto contra alguém que se anime a erguer a voz em descrédito de tão útil comércio.<sup>57</sup>

O texto elencava os elementos do discurso do medo que vinha sendo elaborado pelo Cônego. Retomava mesmo um argumento semelhante ao das profecias do velho do Itajurú e sugeria que a continuidade da política “haitiana” de Vasconcelos levaria nada menos que à aniquilação da nação brasileira. Subjacente à notícia, e independentemente do sarcasmo, havia um prognóstico, tão catastrófico quanto a profecia do velho do Itajurú, de que a continuidade da política de perpetuação indefinida da escravidão no Brasil levaria a um futuro marcado pela própria inviabilidade da nação. Revertia-se plenamente a compatibilidade entre escravidão e futuro nacional, que marcara a atuação do Cônego no contexto da Independência.

Na perspectiva do Cônego, esse sentimento angustiante perante o presente e o futuro era ainda mais agravado pela forma que iam assumindo as lutas políticas em diferentes regiões do Império. Especialmente os desdobramentos mais sangrentos da cabanagem, no Pará, potencializaram o caráter catastrófico do diagnóstico que o Cônego fazia sobre seu presente. *O Fluminense* fazia menção aos “Batista Campos, Malchers, Vinagres”, que “têm levantado um padrão

<sup>57</sup>*O Fluminense*, 02 de janeiro de 1836.



de horror sobre milhares de cadáveres de brasileiros honrados.”<sup>58</sup> Mais adiante, refletindo sobre o Pará, o Cônego Januário instigava o medo coletivo ao confessar que “os cabelos se nos eriçam quando consideramos nos males [...] [de] um negócio de tão graves consequências”. Eram negócios que não se restringiam a embates políticos nos confins do Império, mas eram vistos como indissociáveis da ameaça escrava que apresentava como pairando até na Corte, uma vez que “no Pará, segundo as participações dos comandantes das forças navais, a guerra é já feita a tudo quanto tem cor branca; na Bahia, os nagôs empenham-se por fazer o mesmo; e quem nos pode assegurar que outro tanto não pretendem aqui e nas outras províncias do Brasil”?<sup>59</sup> Para o redator de *O Fluminense*, nagôs e cabanos constituíam parceiros de uma mesma “onda negra” de dimensões atlânticas, semelhante à da visão do velho do Itajurú, que ameaçava a gente proprietária e “tudo quanto tem cor branca”.

Mas, ainda que o Cônego apresentasse o país à beira do precipício, não fazia coro com os grupos que usavam os exemplos de “anarquia” local para pressionar pela revisão das reformas institucionais de 1834, no sentido de uma maior centralização do poder. Mesmo que o Cônego Januário tenha se esmerado em solicitar o respeito crescente às leis e às autoridades, algo compatível com os princípios de liberdade na ordem que sempre professou e que se tornavam ainda mais pertinentes na condição de jornalista alinhado ao governo, não podemos identificá-lo imediatamente como partidário do regresso conservador.<sup>60</sup> Os indícios apresentados, pelo menos para os anos de 1834 a 1837, indicam o exato contrário. Além da oposição ferrenha que fazia a Bernardo de Vasconcelos, o articulador maior do movimento regressista, esse distanciamento ficava ainda mais claro nos artigos em que criticava, explicitamente, a defesa da criação de uma aristocracia hereditária e revisão das reformas descentralizadoras de 1834, com especial destaque para o Ato Adicional, fortemente defendido pelo Cônego.<sup>61</sup>

Contudo, todos os esforços do Cônego para paralisar o contrabando, por meio do incentivo do temor do levante escravo, não parecem ter surtido o efeito desejado. Muito pelo contrário, a partir do início de 1836, a Câmara dos Deputados passou a receber uma enxurrada de pedidos formais de câmaras municipais, principalmente da região cafeeira do Vale do Paraíba, em pleno auge de expansão produtiva, solicitando a anulação da lei antitráfico de 7 de novembro de 1831.<sup>62</sup> Amplamente divulgadas pelo *Sete de Abril*, de Vasconcelos, elas atestavam o alinhamento crescente dos proprietários à política pró-escravista do nascente regresso. Parafraseando uma afirmação de David Brion Davis, poderíamos dizer

<sup>58</sup>“Interior”, *O Fluminense*, 03 de outubro de 1835.

<sup>59</sup>“Rio de Janeiro”, *O Fluminense*, 03 de outubro de 1835.

<sup>60</sup>Sobre o Regresso conservador, ver Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, São Paulo, HUCITEC, 2004; Marcello Basile, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”, In: Keila Grinberg; Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil imperial - volume II, 1831-1870*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

<sup>61</sup>*O Fluminense*, 17 de fevereiro, 13 de abril e 27 de abril de 1836.

<sup>62</sup>Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 138-142.

que, no Brasil do início do regresso, a ambição vencera o medo.<sup>63</sup> Contudo, o terror não pode ser tomado somente como um recurso retórico, entendido como um discurso falso e vazio. Ele era retórico na medida em que se voltava ao convencimento dos interlocutores e dificilmente teria alguma eficácia se não mobilizasse uma ansiedade difusa na sociedade. Ainda que essa ansiedade não tenha sido suficiente para frear o tráfico, ela não deixou de ter diferenciados desdobramentos em práticas sociais, implicando, dentre outras coisas, medidas de maior controle de escravos e libertos por parte de proprietários e governantes.<sup>64</sup> Também teve desdobramentos no universo da cultura, sendo o IHGB, aqui somente indicado, uma dentre outras iniciativas que buscavam possibilitar um futuro sem escravidão, que necessitam ser mais bem estudadas.

### Considerações finais

O acompanhamento da trajetória político-intelectual de Januário da Cunha Barbosa indica sua participação ativa em um dos momentos de maior politização da escravidão e a centralidade que essa questão assumiu na elaboração de prognósticos sobre o futuro da nação brasileira e no direcionamento dado à sua atividade intelectual posterior.

A partir de meados dos anos 1830, em sua atividade jornalística, Januário compôs um prognóstico condicional alternativo que, segundo Koselleck, caracteriza-se pela “clara formulação de duas possibilidades”, baseando-se “na experiência constantemente presente da catástrofe” — no caso, o levante escravo (malê ou haitiano) — “com a intenção de formular uma alternativa”.<sup>65</sup> Pelas projeções do Cônego, a primeira dessas “duas possibilidades” seria seguir a política pró-tráfico de Vasconcelos, que apontaria para um futuro catastrófico, marcado por um novo levante escravo, semelhante ao malê, mas com possibilidades de sucesso e dimensões da experiência haitiana, que corresponderia à anulação da nação brasileira. Já a segunda possibilidade de futuro implicaria acabar, efetivamente, com o tráfico pelo cumprimento da lei de 1831 e dar início a uma forte política de investimento no experimentalismo para a substituição da mão-de-obra escrava por formas de trabalho pretensamente “livre”, tais como o imigrantismo europeu e a catequese indígena, temas que debateu pelas páginas do *Correio Oficial* e na SAIN<sup>66</sup>. Essa segunda possibilidade, que

<sup>63</sup>Matizando o impacto do medo da experiência haitiana entre os proprietários, Davis considerou que “*in human life, fear seldom overcome greed*”. David Brion Davis, “Impact of french and Haitian Revolutions”, In: David Geggus (ed.), *The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*, Columbia, University of South Carolina Press, 2001, p. 5.

<sup>64</sup>Além das medidas repressivas governamentais dos anos 1830 e 1840, reveladas por Flávio Gomes, eloquente é o caso dos proprietários de Vassouras, no ponto central da zona cafeeicultora fluminense, que, em 1854, explicitaram, em documento, os procedimentos adotados para anular a constante ameaça de levante escravo. Ver Flávio Gomes, *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 233-247.

<sup>65</sup>Reinhard Koselleck, “El futuro ignoto y el arte de la prognosis”, In: \_\_\_\_\_. *Aceleración, prognosis y secularización*. Tradução, introdução e notas de Faustino Oncina Coves, Valencia, Pré-textos, 2003, p. 90.

<sup>66</sup>Sobre o experimentalismo como modalidade de projeção de futuro sem escravidão, ver Seymour Drescher, *The mighty experiment: free labor versus slavery in British emancipation*, Oxford, Oxford University Press, 2002, p. 88-89.

paulatinamente desarmaria “a mina prestes a explodir” do sistema escravista brasileiro, nem precisamos indicar, constituía a alternativa de futuro defendida pelo Cônego, correspondendo à definição de um horizonte de expectativa antiescravista para a nação brasileira, que pautaria seu projeto intelectual e político subsequente.

Se a mobilização do espectro do levante escravo não impediu que o escravismo e o regresso se afirmassem no terreno político, por outro lado, o investimento no universo cultural aparecia, ao Cônego, como um campo alternativo de atuação. Com a paulatina conquista do terreno político pelos partidários regressistas de Vasconcelos, que assumiram a regência em 1837, o espaço privilegiado pelo Cônego para essas modalidades de experimentalismo seria cada vez mais o universo das academias letradas, com destaque para a SAIN, de onde surgiria a proposta, em 1838, para a criação do IHGB. O instituto se tornaria reduto de todo o grupo dos áulicos, quando Aureliano Coutinho assumiu a vice-presidência.<sup>67</sup>

Coordenando as atividades dessa instituição por quase uma década, a atuação de Januário seria decisiva para a centralidade assumida pelo indígena, entendido como agente privilegiado de substituição do escravo negro, na reflexão dos sócios sobre o passado e o futuro da nação.<sup>68</sup> Sua atuação marcaria, dessa forma, também o nascente nacionalismo indianista. Evidencia-o, dentre outros traços, um poema de 1847, dedicado ao recém-falecido Januário, da lavra de Gonçalves Dias, há pouco integrado ao grupo de intelectuais da Corte. Nele, o jovem poeta louvava exatamente o caráter profético da atuação do Cônego: Januário causaria inveja a um poeta como o clássico Claudiano, pela forma exemplar como “nos retrata o cataclismo horrendo”.<sup>69</sup> Pelo encômio, o poeta maranhense demonstrava um elo entre as projeções catastróficas antiescravistas do Cônego e o esforço de alguns românticos da primeira geração em lançar mão da retórica do medo como meio de crítica à escravidão, conforme deixou claro em seu poema em prosa *Meditação*, vazado na forma de profecia apocalíptica e escrito dois anos antes, em 1845.<sup>70</sup> O antiescravismo poético de Gonçalves Dias seria complementado por sua atuação no interior do IHGB. Contudo, cabe a outros estudos indicar o quanto e de que forma esse horizonte de expectativa antiescravista marcou a produção intelectual oitocentista e, especificamente, a escrita da história elaborada pelo IHGB.

<sup>67</sup>Sobre o IHGB como reduto da facção áulica, ver Lucia Paschoal Guimarães, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 388, 1995, p. 459-613.

<sup>68</sup>Sobre a reflexão a respeito do indígena no IHGB, ver Kaori Kodama, *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*, Rio de Janeiro, FIOCRUZ; São Paulo; EDUSP, 2009, e Rodrigo Turin, *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*, Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>69</sup>Inveja Claudiano pincel válido, / Que nos retrata o cataclismo horrendo, / Que ele — poeta — não achou no combros / Da ignívoma Tessália”. Décima estrofe do poema “Canto Inaugural. À memória do Cônego Januário da Cunha Barbosa”, publicado nos *Segundos Cantos*. Antônio Gonçalves Dias, *Poesias completas*, São Paulo, Saraiva, 1957, p. 319.

<sup>70</sup>Wilton José Marques, *Gonçalves Dias, o poeta na contramão: literatura e escravidão no Romantismo brasileiro*, São Carlos, EdUFSCar, 2010.